Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Educação a Distância no Brasil: potencialidades, fragilidades e contribuições para a educação profissional e tecnológica

Liane Nakada (UNICAMP)
lianenakada@gmail.com
Rodrigo Urban (UNESP)
rodrigo.urban@unesp.br

***Resumo**: Por meio da presente pesquisa buscou-se compreender a evolução da EaD no Brasil ao longo da última década, com vistas a identificar potencialidades, fragilidades, e contribuições para a EPT no âmbito dos cursos de graduação tecnológica. O trabalho foi pautado na análise de dados estatísticos sobre a EaD no Brasil – organizados pela Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dialogando com a literatura especializada no objeto de estudo. A EaD apresenta-se em crescimento exponencial no Brasil, e desde 2017, os números de novos ingressos em cursos superiores de tecnologia na modalidade EaD superam os números da modalidade presencial, evidenciando as contribuições para a EPT. Com base em dados de relatórios CensoEaD.Br (ABED), a principal fragilidade da EaD no Brasil é a evasão, motivada por falta de tempo para estudar e participar do curso, seguida da falta de adaptação à metodologia, que se traduzem em uma demanda por processos de ensino-aprendizagem especialmente pensados para a modalidade à distância. Outras fragilidades incluem desafios organizacionais de instituição presencial que passa a oferecer EaD, resistência dos educadores à modalidade, e custos de produção dos cursos. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre a mensagem aqui decifrada: a distância física per se não é fator determinante para a qualidade do ensino em EaD.*

***Palavras-chave**: EaD. EPT. Evasão. Perfil do aluno.*

***Abstract**. This research aimed at understanding the evolution of distance education in Brazil over the last decade, with a view to identifying strengths, weaknesses, and contributions to Professional and Technological Education in the scope of technological undergraduate courses. This research was based on the analysis of statistical data on Distance Education in Brazil - organized by the Brazilian Association for Distance Education (ABED), and by the National Institute of Educational Studies and Research "Anísio Teixeira" (INEP), dialoguing with the specialized literature on the subject under study. Distancing education is exponentially growing in Brazil, and since 2017, the numbers of new entries in higher education technology courses in the distance learning model surpass the numbers of the face-to-face model, evidencing the contributions to Professional and Technological Education. Based on data from CensoEaD.Br (ABED) reports, the main weakness of distance education in Brazil is student dropout, motivated by a lack of time to study and participate in the course, followed by a lack of adaptation to the methodology, which translates into a demand for teaching-learning processes specially designed for distance learning. Other weaknesses include organizational challenges of a face-to-face institution that starts to offer distance education, educators' resistance to the modality, and production costs of courses. Finally, we encourage a reflection on the message here deciphered: physical distance per se is not a determining factor for the quality of distance education.*

***Keywords**: Distance learning. School dropout. Student profile. Technological Education.*

1. Introdução

Nas últimas décadas, a Educação à Distância (EaD) tem se destacado no cenário nacional como uma modalidade de ensino amplamente acessível com vistas a atender às demandas do mundo do trabalho, bem como no contexto da expansão da educação em nível superior no país, conforme observado por Vilarinho e Paulino (2010).

> Desde meados da década de noventa do século passado verifica-se uma expansão da oferta da Educação a Distância no ensino superior brasileiro. Esta expansão responde, de um lado, a demandas do mundo do trabalho dirigidas à formação de profissionais capazes de garantir a competitividade de organizações no cenário de globalização da economia e, de outro, a políticas educacionais que visam ampliar a oferta de vagas no ensino de graduação (VILARINHO e PAULINO, 2010, p. 64).

Nessa perspectiva, alguns autores versam sobre a evolução da EaD na história recente do Brasil, ressaltando os avanços correntes no país.

> Importante lembrar que a EaD não é um fenômeno recente no Brasil, considerando os modelos de cursos desenvolvidos por correspondência, rádio e televisão, dentre outros. Contudo, é a partir da década de 1990 que ela vem adquirindo relevância social como uma modalidade de educação reconhecida e regulamentada por vários documentos le-

> gais, além de contar com as potencialidades das tecnologias como aliadas. (SOUZA e MORAES, 2018, p. 462)

Embora existam diversas definições para Educação à Distância, um consenso é determinado pela distância espacial entre professor e aluno, visto que, com o avanço da tecnologia, a barreira quanto à distância temporal já foi vencida pela atual possibilidade de realização de atividades síncronas por meio de webconferências (PIMENTEL, 2017). A seguir são apresentados dois conceitos de EaD: o primeiro, foi proposto em meados da década de 1990 e ainda é amplamente aceito por estudiosos da área de educação:

> Educação à Distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal em sala de aula entre professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria, que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos estudantes (ARETIO, 1994, p. 50)

O segundo conceito de EaD aqui considerado e transcrito abaixo, foi definido mais recentemente no Brasil, por meio do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre diretrizes para a Educação à Distância no Brasil.

> Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017)

Nesse contexto, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, de natureza descritiva (GIL, 2002), com o objetivo principal de compreender a recente evolução da EaD no Brasil, de modo a identificar potencialidades, fragilidades, e contribuições para a Educação Profissional e Tecnológica no âmbito da formação em nível superior tecnológico.

O presente trabalho pauta-se na análise de documentos sobre a EaD no Brasil, mais especificamente em relatórios CensoEaD.Br – organizados pela Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED), e Censo da Educação Superior – publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foram analisados dados das publicações referentes ao período de 2009 a 2019, configurando o período aproximado de uma década. Para o desenvolvimento da presente pesquisa, dados divulgados nos referidos censos foram compilados e tratados em planilhas do software Excel® (Microsoft 365®), com o intuito de padronizar o formato de apresentação das informações, as quais são apresentadas sob diversas formas – texto, tabela e gráfico / figura – em diferentes edições dos censos. Salienta-se que o objeto de estudo explorado apresenta elevada complexidade e não há pretensão de esgotá-lo no presente trabalho.

2. Potencialidades e Fragilidades da Educação à Distância

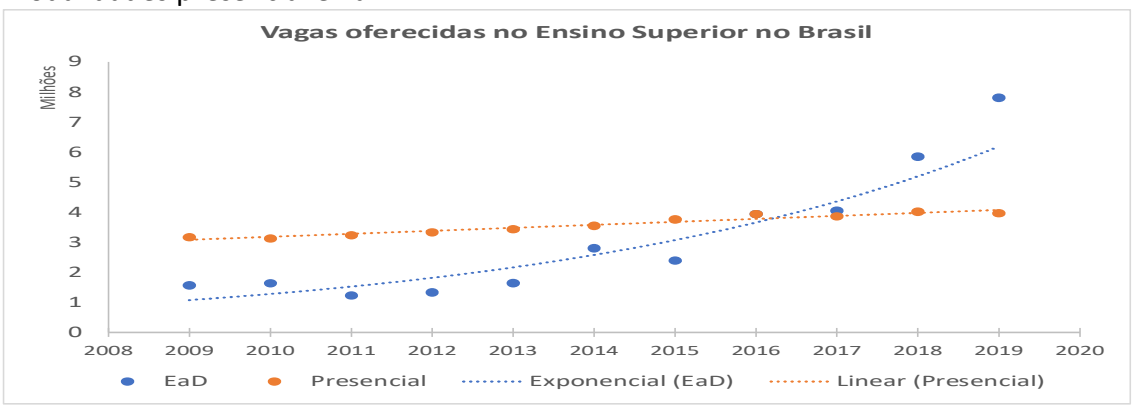
Dados do mais recente Censo da Educação Superior – 2019 (INEP, 2020) revelam que a Educação à Distância já representa 43,8% do total de ingressos em cursos de graduação no Brasil, exprimindo um aumento de 27,7% comparado ao ano de 2009, quando essa modalidade de ensino representava apenas 16,1% do total de ingressos em cursos de graduação no país, enquanto o ensino presencial contabilizava a grande maioria de 83,9% dos ingressos em cursos de graduação. Considerando-se o mesmo indicador em números absolutos, houve um incremento de 379% no número de ingressantes na modalidade EaD entre 2009 e 2019, enquanto a modalidade presencial experienciou um aumento tímido de apenas 18% no número de ingressantes no mesmo período.

Considerando-se o crescimento expressivo da EaD no Brasil na última década, um estudo direcionado à evolução da EaD no país compõe uma contribuição ao objeto de pesquisa, à luz das ponderações de Lopes e Pereira (2017).

> A partir das considerações sobre a pesquisa educacional e a importância dos pressupostos epistemológicos, salientamos a necessidade de analisar a EaD no horizonte maior, que é a realidade da educação, para evitar o perigo de considerá-la um hiato, um fenômeno totalmente novo e isolado. (LOPES e PEREIRA, 2017, p. 20)

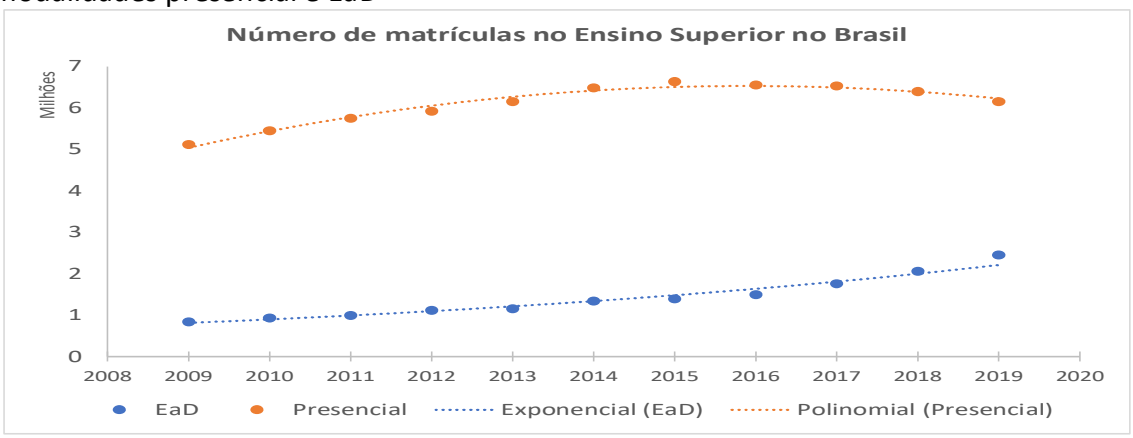
Ao analisar a série histórica do Censo da Educação Superior – publicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – evidencia-se que no período compreendido entre os anos 2009 e 2019: i) as vagas oferecidas na modalidade presencial apresentam um aumento linear – com acréscimo de 25%, enquanto a modalidade EaD demonstra um crescimento exponencial – com incremento de 400% (Gráfico 1); e ii) o número de matrículas na modalidade presencial apresenta uma tendência parabólica de queda – com uma redução de 7,2% entre 2015 e 2019, enquanto a modalidade EaD manifesta uma tendência de ascensão – com um aumento de 75,8% no número de matrículas no mesmo período (Gráfico 2). Esses dados destacam a eminente importância da EaD no cenário nacional, como um instrumento cuja potencialidade mais valiosa provavelmente se configure em oportunizar o acesso à educação formal por meio de processos de ensino-aprendizagem não favorecidos na modalidade de educação presencial, a qual consequentemente leva à exclusão daqueles que não se encaixam em seus moldes, seja por não disporem de tempo nos horários de aulas presenciais, ou por não haver instituições de ensino nas proximidades da localidade em que residem (OLIVEIRA e SANTOS, 2020).

Gráfico 1. Oferta de vagas no Ensino Superior no Brasil, entre 2009 e 2019, nas modalidades presencial e EaD



Fonte: INEP (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Elaborado pelos autores.

Gráfico 2. Número de matrículas no Ensino Superior no Brasil, entre 2009 e 2019, nas modalidades presencial e EaD



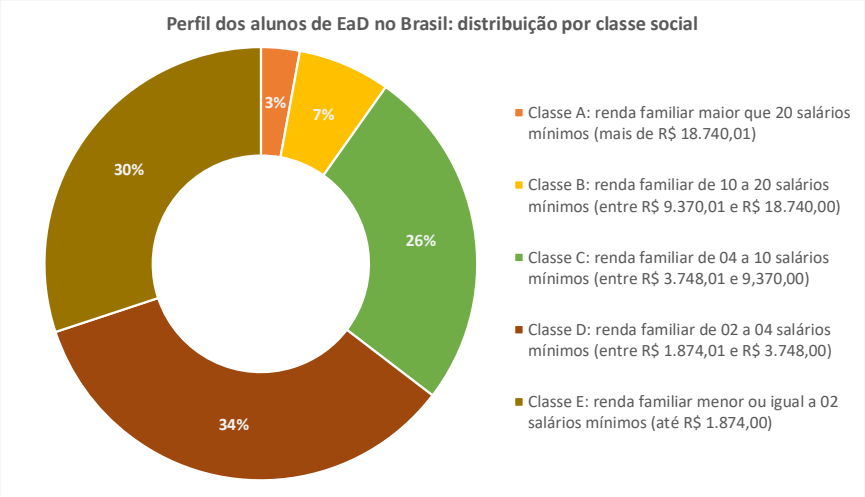
Fonte: INEP (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Elaborado pelos autores.

O relatório CensoEaD.Br 2017 (ABED, 2018) apresenta um levantamento sobre o perfil social dos alunos de EaD, indicando que somente 10% dos alunos pertencem às classes A (3%) e B (7%), e 64% dos alunos pertencem às classes D (34%) e E (30%) (Gráfico 3), demonstrando o caráter inclusivo da modalidade EaD, sob a ótica mencionada no CensoEaD.Br 2016 (ABED, 2017).

> O perfil dos alunos que estudam a distância no Brasil é um indicador seguro do caráter inclusivo da modalidade. São "trabalhadores que estudam", e não "estudantes que trabalham". Em outras palavras, são alunos mais velhos que seus colegas do ensino presencial, e já estão no mercado de trabalho em proporção maior. Além disso, outra característica determinante da educação a distância (EaD) é a maior proporção de mulheres entre os estudantes (ABED, 2017, p. 31).

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2023.2 – n° 14, Vol. 12
ISSN 2318-4051

Gráfico 3. Perfil dos alunos de EaD no Brasil: classe social em 2017

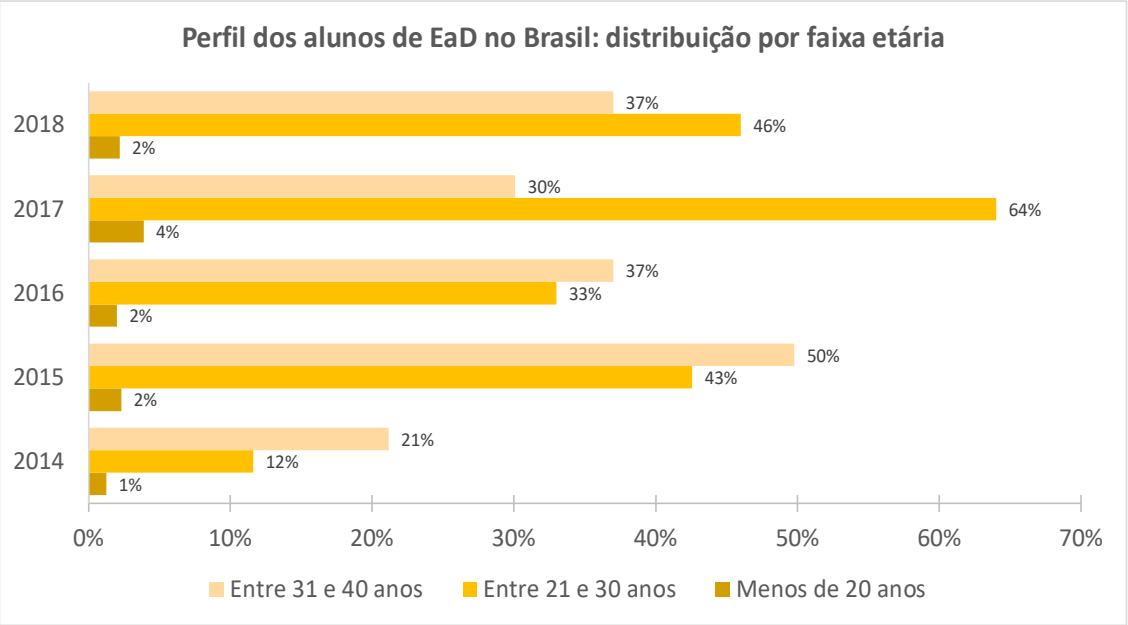


Fonte: ABED (2018). Elaborado pelos autores.

Vale mencionar aqui a pesquisa de caráter transversal conduzida por Godoi e Oliveira (2016), em uma instituição privada de ensino superior localizada no Sul de Minas Gerais. Os autores aplicaram um questionário fechado a 235 alunos de graduação à distância, e os seguintes resultados foram obtidos: 75,3% dos alunos encontravam-se empregados; 68% não usufruíam de dispensa para estudar; e 73% eram responsáveis pelo pagamento do curso. Além disso, 40,3% e 77,4% possuíam renda familiar de até R$2.000,00, e R$ 4.000,00, respectivamente, compatíveis com rendas familiares características das classes E e D. Nesse sentido, os achados da pesquisa de Godoi e Oliveira (2016) corroboram as estatísticas sobre o perfil social dos alunos de EaD.

Dados do CensoEaD.Br (ABED) referentes aos anos de 2014 a 2018 (Gráfico 4) indicam que entre 33% e 94% dos alunos pertenciam à faixa etária entre 21 e 40 anos. Em 2014 houve certa inconsistência nos dados, visto que parte significativa das respostas (64%) consistiu em “não se aplica” ou “informação indisponível”. Em 2016, 2017 e 2018, a parcela correspondente à faixa etária entre 26 e 30 anos representava 29%, 47,7% e 39,3%, respectivamente; e em 2015, a parcela correspondente à faixa etária entre 31 e 40 anos atingiu a marca de 50%.

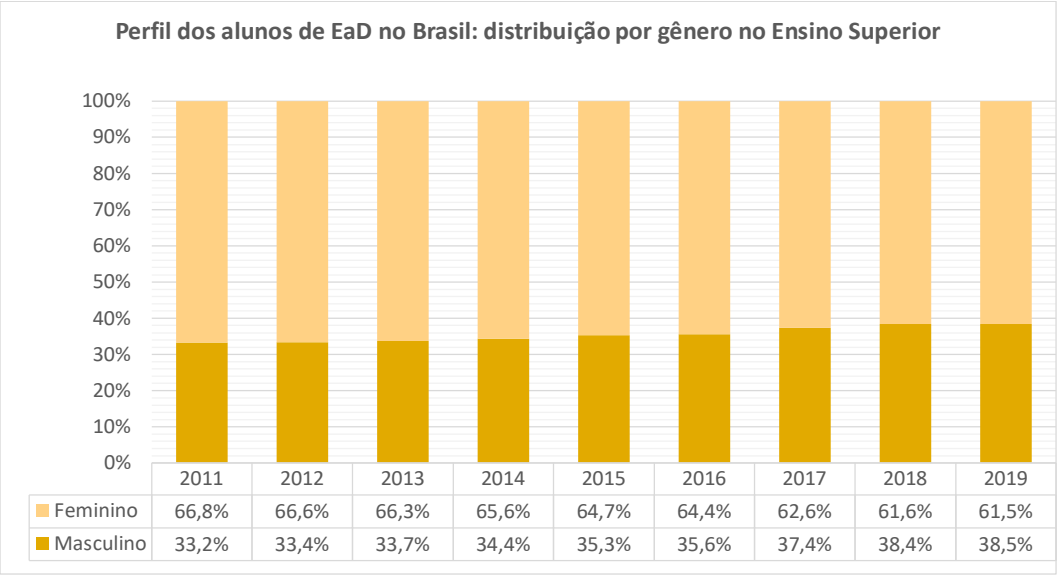
Gráfico 4. Perfil dos alunos de EaD no Brasil: distribuição por faixa etária, entre 2014 e 2018



Fonte: ABED (2015; 2016; 2017; 2018; 2019). Elaborado pelos autores.

Em relação à distribuição de alunos por gênero – masculino ou feminino – ao analisar dados do Censo da Educação Superior (INEP) relativos às matrículas na modalidade EaD, comprova-se que no período compreendido entre os anos 2011 e 2019, há predominância do gênero feminino, variando entre 61,5% e 66,8% (Gráfico 5).

Gráfico 5. Perfil dos alunos de EaD no Brasil: distribuição por gênero no Ensino Superior, entre 2011 e 2019



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feminino	66,8%	66,6%	66,3%	65,6%	64,7%	64,4%	62,6%	61,6%	61,5%
Masculino	33,2%	33,4%	33,7%	34,4%	35,3%	35,6%	37,4%	38,4%	38,5%

Fonte: INEP (2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Elaborado pelos autores.

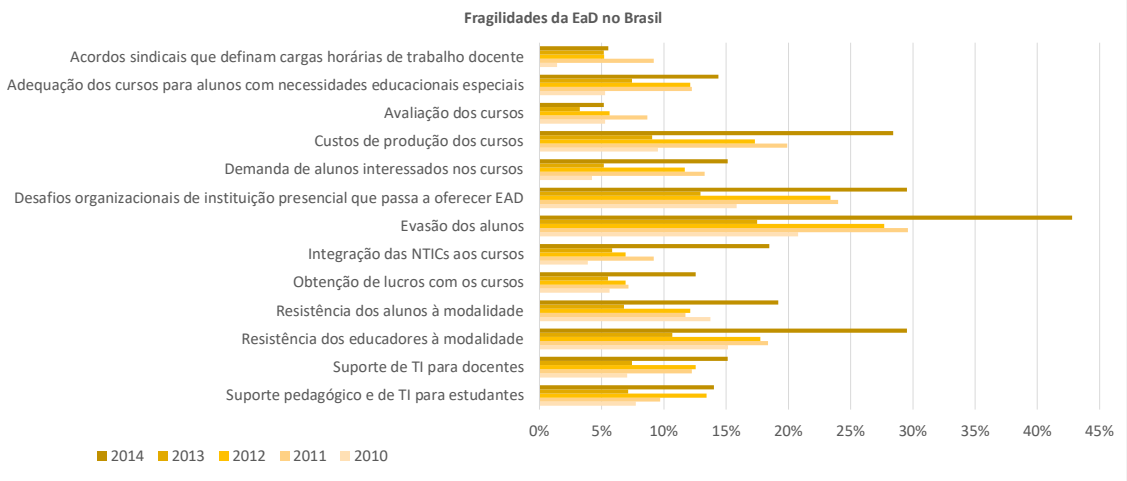
Apesar das estatísticas favoráveis à EaD no Brasil, diversas são as dificuldades para a ampla consolidação dessa modalidade de ensino no país. De acordo com dados do CensoEaD.Br (ABED) referentes aos anos de 2010 a 2014, as principais fragilidades rela-

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2023.2 – n° 14, Vol. 12
ISSN 2318-4051

cionadas ao oferecimento da EaD no Brasil são: em primeiro lugar a evasão, seguida de desafios organizacionais de instituição presencial que passa a oferecer EaD, resistência dos educadores à modalidade, e custos de produção dos cursos (Gráfico 6). As fragilidades foram indicadas conforme a percepção das instituições de ensino, a partir de uma lista proposta pelo CensoEaD.Br. Vale destacar que a seleção das fragilidades não foi limitada a uma única opção, e para cada opção são apresentadas as frequências de respostas.

Ainda de acordo com dados do CensoEaD.Br (ABED) relativos aos anos de 2010 a 2014, os principais motivos para a evasão de cursos de EaD no Brasil, de acordo com a percepção das instituições de ensino são: em primeiro lugar a falta de tempo para estudar e participar do curso, seguida da falta de adaptação à metodologia e ao acúmulo de atividades no trabalho (Gráfico 7). Os motivos "falta de tempo" e "acúmulo de atividades no trabalho" corroboram os dados sobre o perfil dos alunos de EaD: são em maioria "trabalhadores que estudam". O motivo "falta de adaptação à metodologia" traduz uma demanda por processos de ensino-aprendizagem especialmente pensados para a modalidade à distância.

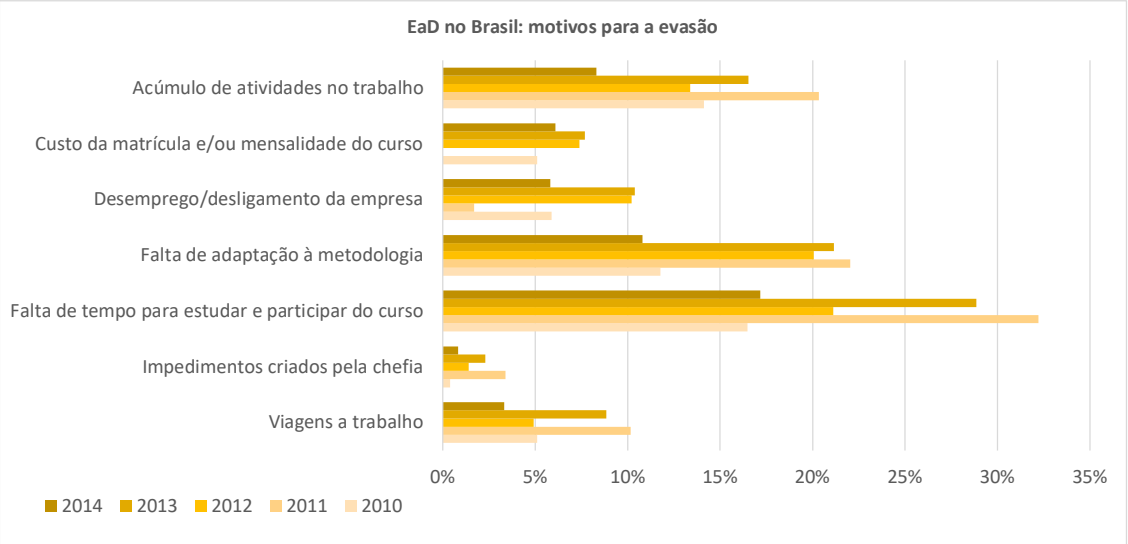
Gráfico 6. Fragilidades da EaD no Brasil, entre 2010 e 2014



Fonte: ABED (2012a; 2012b; 2013; 2014; 2015). Elaborado pelos autores.

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2023.2 – n° 14, Vol. 12
ISSN 2318-4051

Gráfico 7. Motivos para a evasão em EaD no Brasil, entre 2010 e 2014, de acordo com a percepção das instituições de ensino



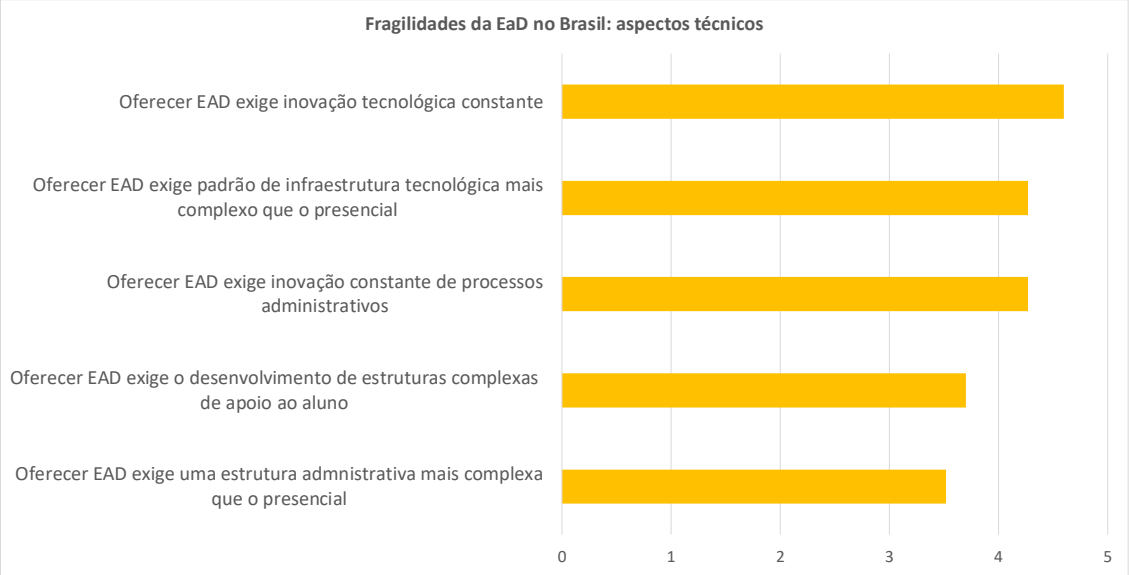
Fonte: ABED (2012a; 2012b; 2013; 2014; 2015). Elaborado pelos autores.

No CensoEaD.Br referente ao ano 2016 (ABED, 2017), foi realizado um levantamento mais detalhado sobre as dificuldades referentes a aspectos técnicos (Gráfico 8) e pedagógicos (Gráfico 9), com utilização da Escala de Likert, sendo: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Neutro; 4 - Concordo; 5 - Concordo totalmente. Em relação aos aspectos técnicos, as principais dificuldades apontadas são relacionadas à inovação tecnológica e à infraestrutura. No que tange aos aspectos pedagógicos, os dados revelam que as principais fragilidades são associadas à qualificação profissional e à formação / resistência docente para atuação na modalidade EaD.

Nesse contexto, em que a EaD emerge com mais intensidade no cenário nacional, propõe-se uma reflexão sobre o caráter da EaD, conforme considerações de Belloni (2002), que embora sejam datadas de quase vinte anos atrás, ainda se fazem atuais nos dias de hoje.

> A educação está se transformando tanto em termos de finalidades sociais quanto no que diz respeito a estratégias e modalidades, notadamente com a introdução de meios técnicos e com a tendência a uma maior flexibilidade de acesso, currículos e metodologias. A educação a distância surge neste quadro de mudanças como mais um modo regular de oferta de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial, e assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. (BELLONI, 2002, p. 139)

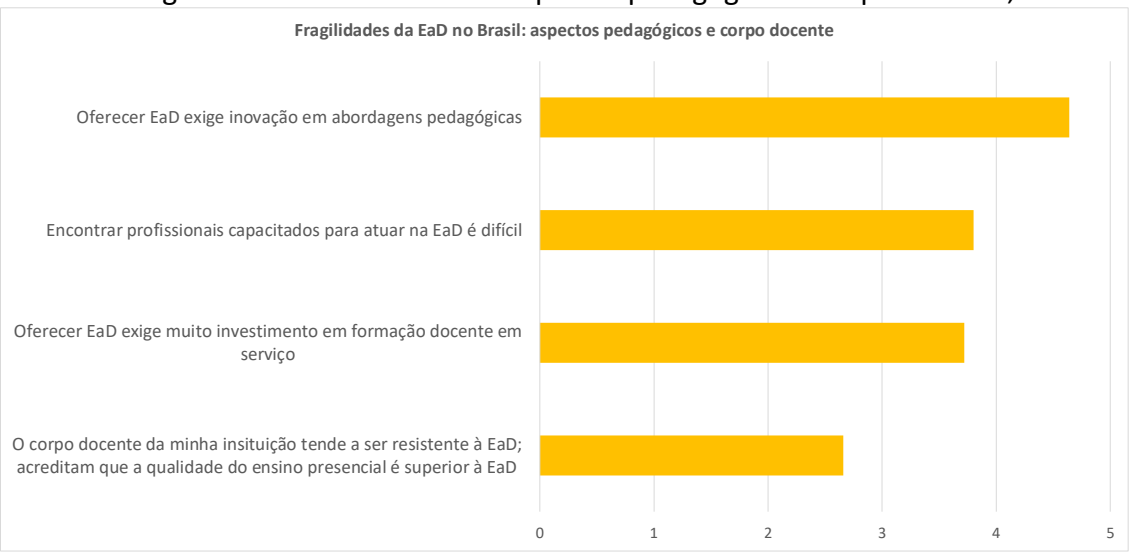
Gráfico 8. Fragilidades da EaD no Brasil: aspectos técnicos, 2016



Fonte: ABED (2017). Elaborado pelos autores.

Nota: Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Neutro; 4 - Concordo; 5 - Concordo totalmente.

Gráfico 9. Fragilidades da EaD no Brasil: aspectos pedagógicos e corpo docente, 2016



Fonte: ABED (2017). Elaborado pelos autores.

Nota: Escala de Likert: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo; 3 - Neutro; 4 - Concordo; 5 - Concordo totalmente.

A despeito das potencialidades da EaD, a recente e expressiva expansão dessa modalidade de ensino no Brasil causa controvérsias e extensos debates acerca da qualidade do ensino à distância, conforme exposto por Mugnol (2009).

> A entrada do século XXI caracterizou o fim das iniciativas particularizadas no campo da EAD. Deu início a uma era de amplos debates sobre

> esta modalidade, muito embora uma parte significativa da comunidade educacional continue considerando-a como uma modalidade diminuída de ensino e sem qualidade suficiente para ser equiparada à educação presencial. (MUGNOL, 2009, p. 345)

Ainda na esfera da discussão sobre a qualidade da EaD, Carvalho Júnior (2013) manifesta uma preocupação sobre a possível conversão da EaD em "educação de massa".

> Esse processo acelerado de expansão dos cursos de graduação a distância corre o risco de transformar a modalidade em "educação de massa", em que uma equipe pedagógica acaba sendo responsável por um número incompatível de alunos para que se tenha excelência na qualidade do ensino. (CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 48).

Incorpora-se ao debate sobre a qualidade do ensino em EaD, a inquietação gerada pela necessidade de uso de tecnologia – justificada por dificuldades de ordem técnico-operacional, e pela demanda de novos investimentos em instalações e para a aquisição de dispositivos compatíveis com a metodologia, conforme apresentado nos Gráficos 7 e 8, e explicitado por Mugnol (2009).

> A distância física entre professores e alunos, a comunicação com o uso da mídia, são inovações trazidas pela EAD que se constituem num desafio para as instituições de ensino. Exigem investimentos em tecnologia avançada para a mediação e ao mesmo tempo mudança na cultura dos professores e alunos que tem como parâmetro o modelo pedagógico presencial, caracterizado pela presença física de professores e alunos num mesmo tempo e espaço. MUGNOL (2009, p. 338)

Ainda na vertente da qualidade do ensino na modalidade EaD, é interessante mencionar que muitas práticas pedagógicas empregadas nessa modalidade de ensino foram emprestadas da modalidade presencial, e, portanto, refletem fraquezas do processo de ensino-aprendizagem até então considerado convencional, conforme explana Pimentel (2017).

> Quanto às práticas pedagógicas, pode-se afirmar que muitas daquelas usadas na EaD apoiaram-se e apoiam-se em modelos acadêmicos e industriais de educação, reproduzindo as fraquezas do ensino tradicional e introduzindo, para muitos educadores, novas dificuldades oriundas do uso das tecnologias na situação de ensino/aprendizagem. (PIMENTEL, 2017, p. 29-30)

Para Lopes e Pereira (2017), a ênfase na distância física entre professor e aluno pode levar à negligência a questão ontológica de que a EaD constitui uma práxis social; práxis no sentido que causa uma ação real, consciente e objetiva sobre uma realidade humana, na qual o homem é sujeito e também objeto; social, pois o homem enquanto objeto da práxis não é um indivíduo isolado, mas sim parte de um grupo ou de uma classe social.

> O que se quer é romper com os paradigmas espacial e temporal tradicionais, nos quais a escola de quatro paredes e o professor constituem elementos que por si só garantem a eficácia da aprendizagem. [...] nas atividades educacionais como um todo, e particularmente na EaD, docente e aluno assumem papéis centrais. [...] Mas não se defende aqui o professor animador ou mediador, mas o protagonista do processo educativo, cabendo a ele a condução do processo de ensino e aprendizagem. [...] Nesse processo, será a qualidade dos conteúdos, os sistemas de acompanhamento e avaliação do estudante, o planejamento, os recursos tecnológicos, a otimização e a distribuição dos conteúdos pedagógicos e o preparo dos docentes que constituem elementos fundamentais das metodologias de ensino e aprendizagem (PIMENTEL, 2017, p. 30-31)

No contexto das discussões sobre a qualidade da educação à distância no Brasil, propõe-se considerar as linhas de raciocínio de Belloni (2002) e Amaral Filho (2017).

> Chegamos então a uma conclusão provisória e um tanto óbvia que talvez pudesse ajudar a compreender melhor o fenômeno em estudo: a questão fundamental não está tanto na modalidade do ensino oferecido – se em presença ou a distância, a convergência dos dois paradigmas sendo a tendência mais evidente – mas sobretudo na capacidade de os sistemas ensinantes inovarem quanto aos conteúdos e às metodologias de ensino, de inventarem novas soluções para os problemas antigos [...] (BELLONI, 2002, p. 138-139)

> Desse modo, seguindo a direção que o pensamento aponta, agora deveríamos perguntar “mas qual educação presencial é boa?” tanto quanto “mas qual EaD é boa?”. No entanto, o mesmo pensamento que nos orienta não nos deixa andar a passos largos, fazendo-nos perceber que ambos os predicados, tanto a presença quanto a distância, referem-se, originariamente, ao mesmo sujeito da predicação: a educação. Portanto, a pergunta mais adequada para fazermos primeiramente seria “mas qual educação é boa?” (AMARAL FILHO, 2017, p. 42-43)

3. Contribuições para a EPT: O Caso da Graduação Tecnológica

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), e estabelece – em seu artigo 39 – que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. O parágrafo segundo do referido artigo dispõe sobre os cursos de EPT.

> § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008): I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008); II – de educação profissional técnica de nível médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008); III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 39, § 2º)

No presente trabalho são avaliadas as contribuições da EaD para a EPT, considerando-se os cursos superiores de tecnologia ou cursos de graduação tecnológica, admitindo a ótica exposta por Saviani (2007) e Moraes (2017).

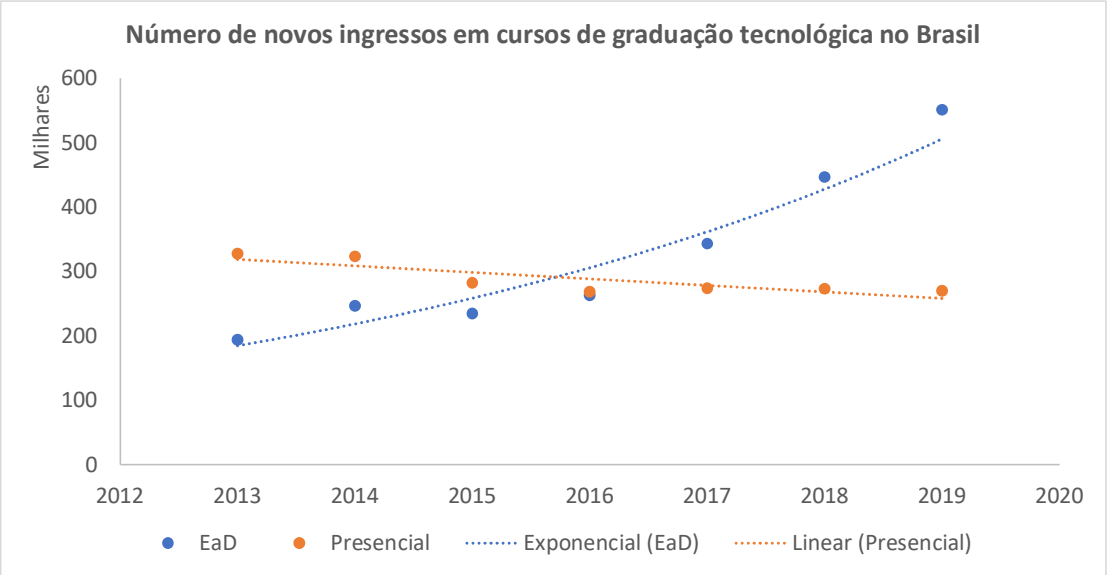
> [...] para além da questão terminológica, isto é, independentemente da preferência pela denominação "educação tecnológica" ou "politecnia", é importante observar que, do ponto de vista conceitual, o que está em causa é um mesmo conteúdo. Trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo, que no texto do Manifesto aparece como "unificação da instrução com a produção material"; nas Instruções, como "instrução politécnica que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção"; e n'O capital, se enuncia como "instrução tecnológica, teórica e prática". (SAVIANI, 2007, p. 162)

> Apesar de Belloni (1999) teorizar que são dois os modelos de EaD, fordista e pós-fordista, propomos a inclusão de um terceiro modelo teórico para a análise da relação educação e trabalho, que é o modelo da politecnia ou da educação omnilateral, tal como pensado pela concepção marxista de educação, por essa teoria fazer parte do cabedal teórico da educação na perspectiva contra-hegemônica. Nessa perspectiva, partimos do pressuposto da necessidade de construção de uma outra sociedade, em que o trabalho seja concebido como um princípio educativo. (MORAES, 2017, p. 59-60)

Ao analisar a série histórica do Censo da Educação Superior – publicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – evidencia-se que no período compreendido entre os anos 2013 e 2019: i) o número de novos ingressos em cursos superiores de tecnologia na modalidade presencial apresenta uma tendência linear de queda – com redução de 17,7%, enquanto a modalidade EaD demonstra um crescimento exponencial – com incremento de 184% (Gráfico 10); e ii) o número de matrículas vigentes na modalidade presencial apresenta uma tendência parabólica de queda – com uma redução de 21,6% entre 2013 e 2019, enquanto a modalidade EaD manifesta uma tendência de ascensão – com um aumento de 108% no número de matrículas vigentes no mesmo período (Gráfico 11).

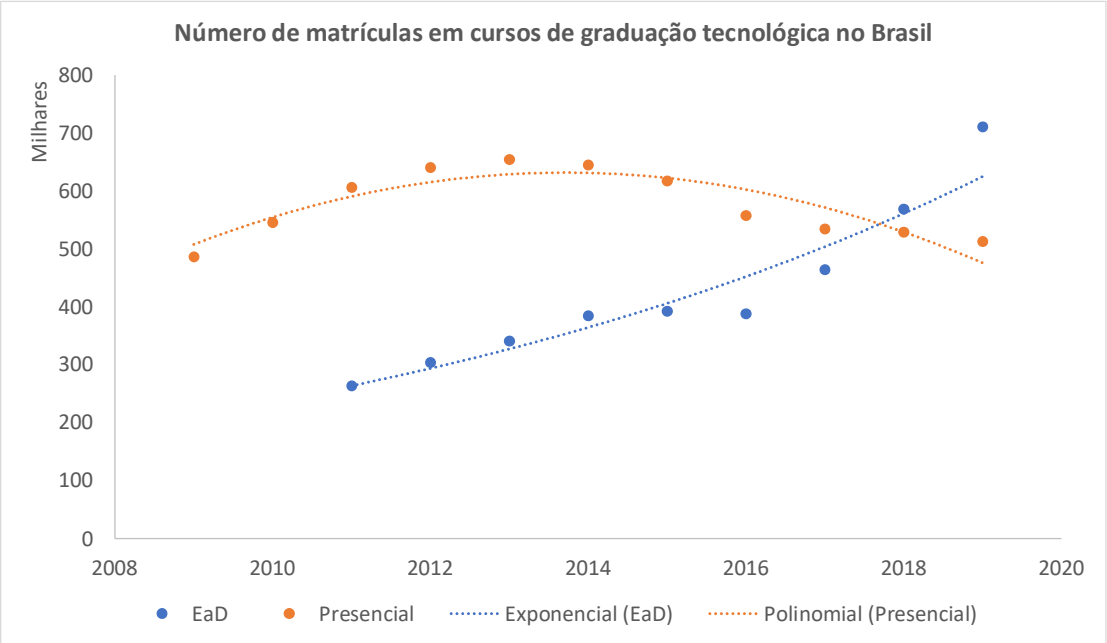
Os gráficos 10 e 11 revelam que: i) o número de novos ingressos em cursos superiores de tecnologia na modalidade EaD praticamente se iguala ao número da modalidade presencial no ano de 2016, e, a partir de 2017, os números da modalidade EaD superam os números da modalidade presencial; e ii) em relação às matrículas vigentes em cursos superiores de tecnologia, a modalidade EaD superou a presencial em 2018, com forte indício de manutenção da superioridade numérica.

Gráfico 10. Número de novos ingressos em cursos de graduação tecnológica no Brasil, entre 2013 e 2019, nas modalidades presencial e EaD



Fonte: INEP (2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Elaborado pelos autores.

Gráfico 11. Número de matrículas vigentes em cursos de graduação tecnológica no Brasil, entre 2013 e 2019, nas modalidades presencial e EaD



Fonte: INEP (2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020). Elaborado pelos autores.

No panorama da EPT, especificamente no âmbito da graduação tecnológica, a modalidade presencial apresenta inclinação para queda em números de novos ingressos e de matrículas, enquanto a modalidade EaD demonstra tendências de crescimento exponencial tanto em número de novos ingressos como de matrículas, evidenciando as contribuições da EaD para a EPT, reafirmando as perspectivas de Belloni (2002).

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2023.2 – n° 14, Vol. 12
ISSN 2318-4051

> Nas sociedades contemporâneas, "do conhecimento" ou "da informação", a formação inicial torna-se rapidamente insuficiente e as tendências mais fortes apontam para uma "educação ao longo da vida" (life-long education) mais integrada aos locais de trabalho e às necessidades e expectativas dos indivíduos. São estes dois grandes desafios que os sistemas de ensino superior enfrentam agora e para os quais a educação a distância pode contribuir: expansão significativa e diversificação da oferta de formação inicial, para atender à demanda decorrente da expansão do ensino secundário. (BELLONI, 2002, p. 139)

4. Considerações finais

Com base em dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em relatórios CensoEaD.Br – organizados pela Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED) – foi possível delinear um retrato da Educação à Distância no Brasil ao longo da última década.

A EaD apresenta-se em crescimento exponencial no Brasil, com elevado potencial de contribuição para a expansão da educação em nível superior no país, principalmente no contexto dos cursos de graduação tecnológica no âmbito da EPT. Com base em dados de relatórios CensoEaD.Br (ABED), a principal fragilidade da EaD no Brasil é a evasão, motivada por fatores como falta de tempo para estudar e participar do curso, seguida da falta de adaptação à metodologia, revelando, portanto, uma demanda por processos de ensino-aprendizagem especialmente pensados para a modalidade à distância. Outras fragilidades incluem desafios organizacionais de instituição presencial que passa a oferecer EaD, resistência dos educadores à modalidade, e custos de produção dos cursos.

A interpretação dos dados dialogando com a literatura especializada no tema resulta na principal mensagem decifrada: a distância física per se não é fator determinante para a qualidade do ensino em EaD.

Referências

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Presença distante, distância presente: uma reflexão sobre a EaD. In: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (org.). **Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Cap. 3. p. 41-53.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **Educación a distancia hoy**. Madrid: UNED, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012a. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 Nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2011**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012b. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 Nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012**. Curitiba: Ibpex, 2013. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EaD.br: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2013**. Curitiba: Ibpex, 2014. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014**. Curitiba: Ibpex, 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2015**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2016**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: http://www.abed.org.br/ site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2017**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2018**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/. Acesso em: 14 nov. 2020.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2020. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional, 26 maio 2017. n. 100, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: Imprensa Nacional, 23 dez. 1996.

CARVALHO JÚNIOR, Arlindo Fernando Paiva de. Educação A Distância: Uma Análise dos Modelos de Ensino. **EaD Em Foco**, v. 3, n. 1, 2013. doi: https://doi.org/10.18264/eadf.v3i1.152

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GODOI, Mailson Alan de; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. O Perfil do Aluno da Educação a Distância e seu Estilo de Aprendizagem. EaD Em Foco, v. 6, n. 2, 2016. doi: https://doi.org/10.18264/eadf.v6i2.383

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília: Inep, 2010.

vel em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LOPES, Luís Fernando; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. O que e o quem da EaD. In: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (org.). **Educação a distância (EaD):** reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Cap. 1. p. 9-23.

MORAES, Raquel de Almeida. Educação, trabalho e novas tecnologias: o debate teórico. In: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (org.). **Educação a distância (EaD):** reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Cap. 4. p. 55-65.

MUGNOL, Marcio. A Educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 27, p. 335-349, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3589>. Acesso em: 14 nov. 2020. doi: http://dx.doi.org/10.7213/rde.v9i27.3589.

OLIVEIRA, Francisco Ariclene; dos SANTOS, Ana Maria Sampaio. Construção do Conhecimento na Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. **EaD em Foco**, v.10, e799, 2020. doi: https://doi.org/10.18264/eadf.v10i1799

PIMENTEL, Nara. A modalidade a distância no Brasil: Aspectos conceituais, políticos e tecnológicos. In: PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MORAES, Raquel de Almeida; TERUYA, Teresa Kazuko (org.). **Educação a distância (EaD):** reflexões críticas e práticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Cap. 2. p. 25-39.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. vel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2020. doi: https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012.

SOUZA, Raquel Aparecida; MORAES, Raquel de Almeida. A educação a distância como princípio educativo: Possibilidades e/ou limites. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 3, p. 460-471, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/365>. Acesso em: 14 Nov. 2020.

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart; PAULINO, Camilla Lobo. Educação a Distância no Ensino Superior Brasileiro: das experiências pioneiras ao sistema em rede. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 4, n. 1, p. 64-79, 2010. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/116/82>. Acesso em 14 Nov. 2020. doi: http://dx.doi.org/10.14244/%2519827199116